

Política

Cabral quer tempo menor para mulher se aposentar

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, Bernardo Cabral, informou ontem, no plenário da comissão, que irá acolher a proposta para a aposentadoria da mulher aos 25 anos de trabalho. A afirmação de Cabral foi feita ontem em aparte ao deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), durante a defesa das emendas populares ao substitutivo apresentado ontem ao presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães.

Cabral, que participava da mesa diretora do plenário da Comissão de Sistematização, interveio no discurso do deputado paulista para dizer que, embora no seu substitutivo esteja prevista a aposentadoria aos 30 anos de trabalho, ele irá alterar o dispositivo para acolher a emenda popular defendida por Del Bosco.

As seis emendas defendidas ontem referem-se aos direitos da mu-

lher e da família. Havia poucos parlamentares em plenário e apenas 11 das 25 mulheres constituintes compareceram, enquanto as galerias apresentavam frequência reduzida de populares. Mesmo assim, o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, afirmou ser "um avanço considerável no processo de elaboração constitucional brasileiro" a permissão para que populares usem a tribuna da Assembléia para a defesa de emendas.

A primeira pessoa a falar ontem foi a paulista Moema Viezzer, funcionária da Cetesb e coordenadora da Rede Mulher. Ela pediu que a nova Constituição deixe muito clara a igualdade de direitos perante a lei na aceitação das diferenças de gênero. E advertiu que, embora não seja possível prever até onde a Constituinte poderá garantir a inclusão das reivindicações das mulheres na futura Carta, não será aceito nenhum retrocesso em relação às conquistas já alcançadas. Moema frisou ainda que

considera inconstitucional "o fenômeno social da subordinação da mulher ao homem". A emenda defendida por ela foi subscrita por 42.444 eleitores.

O deputado Del Bosco Amaral defendeu a emenda sobre aposentadoria da mulher, que chegou à Constituinte com 32.004 assinaturas. Outra, sobre o mesmo tema, reuniu 132.520 assinaturas. A que trata da saúde da mulher tem 32.995 assinaturas e foi defendida por Maria Telles. Ela pede o direito de o casal determinar livremente o número de filhos, a garantia do direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indesejada (aborto). As duas últimas emendas populares apresentadas ontem tratam de direito da família e foram defendidas por Francisco Massa Filho e d. Benedito Uíhoa Vieira. Não houve, durante a reunião, qualquer debate, vedado pelo Regimento Interno da Comissão de Sistematização.

E a CNBB defende seu presidente

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Conselho Permanente da CNBB lança amanhã um documento de apoio ao presidente da entidade, dom Luciano Mendes de Almeida, em desagravo ao tratamento que lhe foi dado pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, durante audiência, anteontem. De acordo com dom Afonso Gregory, bispo da Imperatriz (MA), o fato é lamentável e os bispos não vão deixar o presidente da CNBB sozinho nessa luta.

Os bispos dom Afonso Gregory, dom Tito Buss e dom Moacyr Grechi, em entrevista coletiva na CNBB, disseram que o Conselho lamentou a atitude do ministro e decidiu pela elaboração do documento. Na reunião ordinária de ontem, o Conselho discutiu também a conjuntura nacional e a Constituinte com os professores Luiz Alberto Gomes de Souza, da Pontifícia Universidade Católica do Rio, e João Gilberto Lucas Coelho, da Universidade de Brasília.

Segundo dom Tito Buss, a Igreja não espera mudanças substanciais na nova Constituição, mas acredita que haverá algum progresso em pontos como a reforma agrária e a defesa da vida. Mesmo que a nova Constituição não contemple a reforma agrária do ponto de vista dos trabalhadores, ele considera que, pelo menos, "um avanço operacional" deverá ocorrer nos próximos anos. Caso não aconteça a reforma agrária, ele prevê um êxodo do campo para as cidades, miséria do povo e conflitos sociais graves.

Militares satisfeitos com projeto

AGÊNCIA ESTADO

Os militares ficaram satisfeitos com a fórmula encontrada pelo relator Bernardo Cabral na elaboração de seu papel constitucional. "Não mudou nada, está bem assim, pois continuamos com a missão de sempre" — comentou, em Brasília, um general. Isto quer dizer que os militares continuam responsáveis pela ordem interna e externa.

Com relação à questão da segurança pública, o sentimento muda, uma vez que o relator retirou do Exército a primazia que tinha, desde 1969, sobre as Polícias Militares. Pelo novo texto, as PMs ficarão subordinadas apenas aos governadores, não se constituindo mais em forças auxiliares do Exército.

Ontem o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), convidou os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas para um almoço amanhã em sua residência, a fim de serem debatidos temas ainda polêmicos, como a anistia dos militares e o papel das Forças Armadas no futuro regime. O convite foi prontamente aceito pelos militares, que há tempos desejavam contato mais amplo com as lideranças da Constituinte.

No almoço, Afonso Arinos não pretende evitar temas iminentemente políticos, como o regime de governo e o mandato do presidente da República. Ele prevê uma agenda de conversas livre, mas com predomínio dos assuntos atinentes às preocupações dos ministros militares. O senador convidou também três parlamentares a participar do encontro: o líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, e os deputados Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Sandra Cavalcanti (PDL-RJ).

A proposta de parlamentarismo contida no substitutivo de Bernardo Cabral dividiu os constituintes. Enquanto uns demonstravam entusiasmo, outros faziam a previsão do caos, como o líder do PFL, deputado José Lourenço: "O primeiro presidente que chegar aqui vai dizer que veio presidir o Brasil como presidente constitucional e, portanto, para chefiar o governo, o Estado e a Nação. E o parlamentarismo morrerá no dia da sua posse".

O deputado Afif Domingos (PL-SP) declarou sua opção presidencialista e considerou difícil avaliar a definição parlamentarista. Contudo, arriscou: "Acredito que prevaleça a tese sobre o melhor sistema para o atual governo, e não de governo". O líder do Centro Democrático, deputado Expedito Machado (PMDB-CE), ressaltando desconhecimento do substitutivo de Cabral, adiantou que o parlamentarismo clássico não é o melhor regime para o Brasil, cuja sociedade considerou "atrasada". A seu ver, "o ideal seria o presidencialismo mais brando".

No ABC, o presidente local da CUT, João Avamileno, considerou os preceitos sobre organização sindical "um grande avanço".